



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**CAMPUS NATAL - CENTRAL**  
**DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA**  
**INFORMAÇÃO**

Av. Sen. Salgado Filho, 1559, Natal/RN, 59015-000. Fone/FAX (084) 4005-2637  
E-mail: dietinf@ifrn.edu.br - Site: <http://www.ifrn.edu.br/dietinf>

## **PROGRAMA DE DISCIPLINA**

Curso:	<b>Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública</b>	
Área Profissional:	<b>Gestão Pública</b>	Período Letivo: <b>3º</b>
Disciplina:	<b>Ética no Serviço Público</b>	Carga-Horária: <b>60h/a (45 h)</b>

### **Ementa**

Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética. O público e o privado. Ética e lei. Ética e cidadania. A ética teórica e os códigos de ética aplicada. Questionamento sobre se a ética encontra respaldo no mundo jurídico. Códigos de ética profissional na prestação dos serviços públicos. Serviço público no Brasil. Gestão pública numa sociedade étnico-racial.

### **Pré-Requisitos**

Não tem Pré-Requisito

### **Objetivos**

- ◆ Debater o critério da moralidade na história da ética.
- ◆ Apresentar as questões éticas ao servidor público.
- ◆ Considerar a dimensão ética na resolução de problemas no serviço público.
- ◆ Discutir a ética profissional no serviço público.

### **Conteúdo Programático**

1. Reflexão histórica, filosófica e política do conceito de ética.
2. Ética e cidadania
  - 2.1. Políticas públicas para inclusão (ações afirmativas)
  - 2.2. Fiscalização do cidadão (Lei que regula o acesso a informações – lei 12.527/2011; Decreto que regulamenta a lei acesso a informações – decreto 7.724/2012)
  - 2.3. Governo eletrônico (transformação das relações do Governo com os cidadãos)
  - 2.4. República e democracia
3. O público e o privado.
4. Ética e lei.
5. A ética teórica e os códigos de ética aplicada.
6. Questionamento sobre se a ética encontra respaldo no mundo jurídico
  - 6.1. Os limites constitucionais da Ética
  - 6.2. Legislação (Constituição Federal de 1988; Lei do Servidor Público – Lei 8.112/90; Lei da Improbidade Administrativa – Lei 8.429/92; Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994).
7. Códigos de ética profissional na prestação dos serviços públicos
  - 7.1. Iniciativas governamentais que introduzam noções de ética na gestão pública
  - 7.2. Conduta ética na gestão dos negócios públicos e privados
  - 7.3. Conduta ética dos servidores públicos
8. Serviço público no Brasil
  - 8.1. Gestão da ética.
  - 8.2. Gestão na verificação e aplicação de recursos públicos
  - 8.3. Comissão de Ética e Ouvidoria

9. Gestão pública numa sociedade Étnico-Racial

9.1. Política pública que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial

9.2. Garantia a todos os cidadãos o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

#### Procedimentos Metodológicos e Recursos Didáticos

- ◆ Aulas teóricas expositivas,
- ◆ Estudos de casos,
- ◆ Seminário, Leitura de textos, debates.
- ◆ Quadro branco, computador, projetor multimídia.

#### Avaliação

- ◆ Avaliações escritas
- ◆ Trabalhos individuais e em grupo (listas de exercícios, estudos dirigidos, pesquisas)
- ◆ Apresentação dos trabalhos desenvolvidos

#### Bibliografia Básica

1. FREIRE, Elias; MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da. **Ética na Administração Pública**. 4ª Edição. Campus, Rio de Janeiro, 2010.
2. MASIP, Vicente. **Ética, caráter e personalidade: consciência individual e compromisso social**. Editora E.P.U., São Paulo. 2002.

#### Bibliografia Complementar

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
2. \_\_\_\_\_. Decreto 1.171. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público].
3. \_\_\_\_\_. Lei 8.112. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117].
4. \_\_\_\_\_. Lei 8.429. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12].
5. \_\_\_\_\_. Lei 12.527. Brasília: Senado, 18.11. 2011 [Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal].
6. \_\_\_\_\_. Brasília: Planalto. Decreto 7.724, 16.05.2012 [Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações].

#### Informações Adicionais

- Software(s) de Apoio:** ◆ BrOffice.org Impress, PowerPoint e PDF View
- Site(s):** ◆ Diversos especificados nos debates.